



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

EDITAL Nº 005, DE 15 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, no exercício das atribuições conferidas pela Portaria PR-CH n.º 058, de 25/06/2008, e em observância ao Edital nº 001, de 14 de julho de 2008, **resolve**:

I. Divulgar o gabarito preliminar da prova objetiva, conforme o anexo I deste Edital.

II. Divulgar o inteiro teor da prova objetiva* e o tema sorteado da prova subjetiva.

III. Declarar aberto o prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva, nos termos do item 6.1 do Edital nº 001, de 14 de julho de 2008.

BRUNO FREIRE DE CARVALHO CALABRICH
PROCURADOR DA REPÚBLICA
COORDENADOR DE ESTÁGIO

*a versão publicada já contempla as retificações parciais dos enunciados das questões "21" e "27" apresentadas em sala aos candidatos antes do início da realização das provas, na data de 14/09/2008. Apresenta, ainda, a retificação realizada em sala da duplicidade de identificação de assertivas da sétima questão, onde figuravam duas alternativas "a)".



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2008

GABARITO PRELIMINAR

(Anexo I do Edital nº 005, de 15 de setembro de 2008)

QUESTÕES

01 - D	16 - C
02 - D	17 - D
03 - E	18 - A
04 - A	19 - B
05 - C	20 - C
06 - E	21 - A
07 - C	22 - E
08 - E	23 - D
09 - E	24 - C
10 - D	25 - B
11 - C	26 - E
12 - E	27 - C
13 - C	28 - C
14 - E	29 - B
15 - D	30 - E



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2008

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta, além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação, cujo tema será sorteado momentos antes do início da prova.
2. Na prova subjetiva utilize no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE DISSERTAÇÃO e do CARTÃO DE RESPOSTAS, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - A Organização Sergipana de Proteção da Saúde da Maternidade, Crianças e Adolescentes, regularmente constituída e tendo natureza jurídica de associação civil de direito privado, celebrou convênio com o Estado de Sergipe no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), cujo objeto consistia na cooperação técnica e financeira para a ampliação do sistema de atendimento "Saúde da Mulher", através da complementação do já existente sistema de referência à gestação de alto risco no Estado de Sergipe, incluindo a construção física e a programação funcional de uma maternidade para atendimento da gravidez de alto risco e emergência obstétrica, leitos de UTI materna e de UTI neonatal.

Os recursos envolvidos englobam verbas do Ministério da Saúde, do Estado de Sergipe e da própria organização.

Após entrega ao Estado de uma maternidade, a auditoria da Controladoria Geral do Estado detectou aplicação irregular de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), fato este que culminou no ajuizamento de ação declaratória na justiça estadual pela aludida organização, com o fim de reconhecer a regularidade da prestação de contas do convênio. Em sua defesa, em sede de preliminar, o Estado de Sergipe alegou que as verbas envolvem recursos federais o que ensejaria a incompetência absoluta da justiça na qual se processa o feito.

Determinada vista ao parquet federal pela justiça estadual, diante da situação fática hipotética acima descrita, você, como estagiário, analisará **CORRETAMENTE** os autos, concluindo por uma das hipóteses abaixo descritas, que integrará um dos argumentos do parecer a ser lavrado:

- a) Opinar que o juiz estadual decida em caráter definitivo, por força da *perpetuatio jurisdictionis*, a incompetência da justiça estadual para julgamento e, por força de interesse da União, a competência da justiça federal.
- b) Opinar que necessariamente competirá à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, vinculado à manifestação da Advocacia da União.
- c) Opinar que necessariamente competirá à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, sendo admissível que o juiz suscite o conflito de competência se o ente federal restar posteriormente excluído do feito.
- d) Opinar que necessariamente competirá à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, independentemente da manifestação da Advocacia da União.
- e) Opinar que necessariamente competirá à justiça federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, independentemente da manifestação da Advocacia da União, sendo admissível que o juiz suscite o conflito de competência se o ente federal restar posteriormente excluído do feito.

02 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Justiça Comum Federal não julga processos criminais envolvendo contravenções penais.

- b) O foro privilegiado, sob a ótica criminal, não é extensível à seara da improbidade administrativa.
- c) São bens da União, entre outros: os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- d) Podem ser considerados bens da União, a depender do registro imobiliário respectivo: os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- e) Os Juízes Federais processam e julgam, entre outras, as causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto aquelas envolvendo falência, acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

03 - A respeito do controle de constitucionalidade, é **INCORRETO** afirmar:

- a) O art. 13, da Lei nº 9.868/99 (rol dos legitimados para a Ação Declaratória de Constitucionalidade) não mais se encontra em vigor, ante os termos do art. 103, da CF/88, com redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
- b) O Supremo Tribunal Federal poderá realizar (sobre o texto levado a sua apreciação e tido como inconstitucional) interpretação conforme, com ou sem redução de texto.
- c) O Supremo Tribunal Federal julga na qualidade de legislador negativo.
- d) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- e) Caberá mandado de segurança coletivo contra o descumprimento de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em processos envolvendo arguição de descumprimento de preceito fundamental.

04 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A capacidade eleitoral plena é adquirida aos trinta e cinco anos de idade.
- b) A Ordem dos Advogados do Brasil encaminhará ao Presidente da República a lista sêxtupla destinada à escolha dos 2 (dois) advogados que comporão o TSE na qualidade de Ministros.
- c) Os membros do Ministério Público podem, em regra, exercer atividade político-partidária. O exercício da atividade político-partidária, entretanto, impede o membro do Ministério Público de exercer a função eleitoral.
- d) Segundo a CF/88, os Corregedores dos TREs serão escolhidos dentre os Desembargadores (membros do TJ local) que o compõem.
- e) O princípio da anterioridade da Lei Eleitoral, voltado que é para obstar a edição de *Leis* que alterem o processo eleitoral às vésperas de sua deflagração, não se aplica às Emendas Constitucionais que surjam a menos de um ano da realização das eleições.

DIREITO CIVIL

05 - Sobre os negócios jurídicos assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Podem ser classificados como *gratuitos* ou *onerosos*; *inter vivos* ou *mortis causa*; *principais* e *accessórios*; *solenes* e *não solenes*. Não cabe, entretanto, a distinção entre negócios jurídicos **unilaterais** e **bilaterais**, já que os negócios jurídicos são essencialmente *bilaterais*, pois é fundamental à sua formação válida a concorrência de vontades.
- b) Dentre os requisitos de validade dos negócios jurídicos se insere a *capacidade do agente*, nos termos do art. 104, I do CC/2002. A capacidade exigida para a validade do negócio é a capacidade de *exercício*, que deve estar presente no momento do ato, admitindo-se, entretanto, a possibilidade de considerar-se válido o negócio, mesmo na hipótese de, verificada a incapacidade no momento da celebração do ato, esta sobrevier ao momento de conclusão da avença.
- c) Por *reserva mental* entende-se a manifestação de vontade dissonante de seu real conteúdo, de modo que os efeitos decorrentes do ato praticado não sejam queridos pelo declarante. Consoante o art. 110 do CC/2002, se a reserva de uma das partes for desconhecida da outra, o negócio jurídico é mantido nos termos da declaração.
- d) A *prodigalidade* de uma das partes, como regra, pode ser invocada pela outra parte em seu próprio benefício.
- e) Para os efeitos do art. 122 do CC/02, que a considera ilícita, condição *potestativa*, é a cláusula derivada da vontade das partes referente a eventos futuros e incertos que, se implementada, priva de efeitos todo o negócio jurídico.

06 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em tema de obrigações, solidariedade e indivisibilidade são conceitos intimamente relacionados, tanto que se pode afirmar que, se indivisível o objeto, a solidariedade da obrigação se verifica *ex lege*.
- b) Aquele que tem interesse meramente moral ou altruístico é considerado terceiro interessado para os efeitos legais detendo legitimidade para efetivar o pagamento da obrigação, podendo adimpli-la com recurso a todos os meios conducentes à exoneração do devedor.
- c) São cumuláveis as indenizações por danos morais e materiais desde que oriundas de fatos distintos.
- d) O CC/2002 não admitiu, em tema de prescrição, a chamada *teoria da pretensão*.
- e) Segundo a letra do CC/2002, o abuso de direito equivale ao ato ilícito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

07 - Acerca da informatização dos processos judiciais, assinale a alternativa **CORRETA**:

Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, poderá ser transmitida tempestivamente:

- a) Somente até as 20 (vinte) horas do seu último dia.
- b) Até o fim do horário de expediente do foro, definido nos termos da lei de organização judiciária local, do seu último dia.
- c) Até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.
- d) Até o início do horário de expediente do foro, definido nos termos da lei de organização judiciária local, do dia seguinte ao vencimento do prazo.
- e) Nenhuma das alternativas.

08 - Proposta ação cuja matéria controvertida seja unicamente de direito e no juízo já tenha sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, o juiz:

- a) Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, deverá necessariamente determinar a citação do réu e, após o escoamento do prazo para defesa, poderá proferir sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.
- b) Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, deverá necessariamente determinar a citação do réu e a regular instrução do feito, para poder proferir sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.
- c) Caso altere seu entendimento, poderá dispensar a citação e proferir sentença julgando procedentes os pedidos.
- d) Poderá dispensar a citação e proferir sentença, sendo vedada a reprodução do teor da anteriormente prolatada.
- e) Poderá dispensar a citação e proferir sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

09 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- b) O prazo para recorrer, em caso de litisconsórcio, conta-se em dobro mesmo que apenas um deles haja sucumbido.
- c) Não desafia mandado de segurança, tendo em vista não haver direito líquido e certo a invocar, a controvérsia sobre matéria de direito controvertida ou de alta indagação.
- d) Compete à Justiça Estadual o julgamento das execuções fiscais de contribuições devidas pelo empregador ao FGTS.
- e) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.

10 - Em determinado caso, o juiz proferiu sentença em que o único fundamento utilizado foi a aplicação ao caso concreto de entendimento em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça. Caso seja interposto recurso de apelação em face desta decisão, o juiz:

- a) Deverá desprovê-lo, com fundamento no art. 518, §1º, do Código de Processo Civil.

- b) Deverá admiti-lo, uma vez que as súmulas editadas pelo Superior Tribunal de Justiça não possuem efeito vinculante.
- c) Deverá desprovê-lo, se na sentença tiver sido feita referência expressa à súmula que a fundamentou.
- d) Não o receberá, mesmo que na sentença não tenha sido feita referência expressa à súmula que a fundamentou.
- e) Não o receberá, apenas se na sentença tiver sido feita referência expressa à súmula que a fundamentou.

11 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A autorização legal para a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta pelo Ministério Público confere a este legitimidade para dispor sobre o direito transindividual tido por violado.
- b) O servidor público, ao tomar conhecimento de qualquer fato que constitua possível fundamento à propositura de Ação Civil Pública, pode, discricionariamente, representar ao Ministério Público de modo a possibilitar a adoção de providências.
- c) A imposição de multa diária, a título de *astreintes*, não tem caráter reparatório ou penal. Logo, pode ser pedido o cumprimento específico da obrigação além de indenização por perdas e danos, independente da multa.
- d) O juiz determinará de ofício a citação do litisconsorte passivo necessário em mandado de segurança, sendo desnecessária a intervenção da parte autora para tal fim.
- e) O STF tem, em reiterados precedentes, negado eficácia concreta às decisões em mandado de injunção, limitando-se a declarar a *mora legislatoris*.

DIREITO PENAL

12 - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

I – O prévio exaurimento da via administrativa é condição objetiva de punibilidade, sem o qual não há consumação do crime material contra a Ordem Tributária porque, somente após a decisão final do procedimento administrativo fiscal se considerará lançado em definitivo o crédito tributário.

II – No crime de apropriação indébita previdenciária, extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

III – No crime de supressão ou redução de contribuição social previdenciária, extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

IV – Extingue-se a punibilidade dos crimes de apropriação indébita previdenciária e de supressão ou redução de contribuição social previdenciária quando houver o pagamento integral dos débitos previdenciários, inclusive acessórios, mesmo após o início da ação fiscal.

- a) Apenas I e IV estão corretas.
- b) Apenas III e IV estão corretas.
- c) Apenas II e III estão corretas.
- d) Apenas I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

13 - Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança e liberdade provisória.
- b) A pena pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será cumprida integralmente em regime fechado.
- c) Além de outras condutas, é crime a aquisição e o transporte, para consumo pessoal, de substâncias ou produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em listas atualizadas periodicamente pelo Poder Executivo da União.
- d) Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida é crime punível com detenção, mesmo se o agente o pratica para saciar a sua fome.
- e) Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade é crime punível com reclusão.

14 - Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os crimes praticados por brasileiros em país estrangeiro estão sujeitos à lei brasileira.
- b) O furto qualificado pela fraude difere do estelionato porque, neste, a fraude induz a vítima a entregar o bem por vontade própria, enquanto que naquele, o próprio agente faz a subtração do bem.
- c) A pena para o homicídio doloso é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra idoso, assim considerado pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade.
- d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado, quando sua vigência for anterior à cessação da continuidade delitiva.
- e) A interceptação das comunicações telefônicas é admitida quando o fato investigado constituir infração penal punida com pena de detenção.

15 - No crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do CP, de acordo a jurisprudência prevalente sobre a matéria:

- a) A conclusão do processo administrativo fiscal é condição essencial para a configuração do delito.
- b) O pagamento integral do débito somente extingue a punibilidade do delito se efetuado até o recebimento da denúncia.
- c) Houve *abolitio criminis* em relação ao crime previsto no art. 95, alínea "d" da Lei n. 8.212/91.
- d) Se ocorrer o parcelamento do débito, suspende-se a pretensão punitiva estatal.

e) Nenhuma das alternativas.

16 - Tácio, ao vender um aparelho de som na feira de Itabaiana/SE, recebeu 4 cédulas de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e quando foi pagar uma conta no mercado, soube que uma das cédulas era falsa, a qual lhe foi devolvida pela atendente. Voltando para casa, foi abordado por Policiais Militares que encontraram no seu bolso a referida cédula falsa e o prenderam em flagrante delito. Ouvido pelo Delegado, Tácio disse que tinha a intenção de repassar a moeda falsa a terceiro para não ficar no prejuízo. Sobre a conduta de Tácio, assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) Tácio praticou o crime de moeda falsa, na modalidade "guardar".
- b) Houve apenas o delito de moeda falsa tentado, eis que Tácio não conseguiu repassar a moeda falsa em razão da prisão feita pelos policiais.
- c) O fato é atípico porque a cédula foi recebida de boa-fé e não houve sequer a tentativa de restituição à circulação da moeda falsa.
- d) O delito em questão é insignificante, em razão do valor pequeno da cédula falsa.
- e) Nenhuma das alternativas

DIREITO PROCESSUAL PENAL

17 - Sobre o tema "Investigação Criminal pelo Ministério Público" ou "Poder Investigatório do Ministério Público", leia atentamente o texto abaixo e responda o questionamento que se segue.

"Embora a Constituição Federal assegure caber às polícias judiciárias a investigação das infrações penais (art. 144), é bem de ver que tal tarefa não foi cometida exclusivamente às autoridades policiais, cuidando o próprio constituinte de atribuir funções investigatórias, por exemplo, ao Ministério Público.

A legitimação do *parquet* para a apuração de infrações penais tem, de fato, assento constitucional, nos termos do disposto no art. 129, VI e VIII, da CF, regulamentado, no âmbito do Ministério Público Federal, pela Lei Complementar n. 75/93, consoante o disposto nos arts. 7º e 8º. Também o art. 28 da mesma Lei Complementar n. 75/93 confere ao *parquet* a atribuição para requisitar inquéritos e investigações. Na mesma linha, com as mesmas atribuições, a Lei n. 8.625/93 reserva tais poderes ao Ministério Público nos Estados."

(OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006)

Partindo-se do entendimento de que o Ministério Público possui atribuições investigatórias, a exemplo da instauração no âmbito do Ministério Público Federal de PICs – Procedimentos Investigatórios Criminais – e de situações como a prescindibilidade do Inquérito Policial para deflagração da persecução penal *in judicio*, pode o Ministério Público promover diretamente as seguintes medidas investigatórias, independentemente de autorização judicial, **EXCETO**:

- a) Depoimentos pessoais.
- b) Delação ou colaboração premiada.
- c) Requisição de informações, documentos e perícias.
- d) Interceptação de comunicações telefônicas.
- e) Acareação e reconhecimento de pessoas e coisas.

18 - Sobre os Juizados Especiais Criminais e temas correlatos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.
- b) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- d) São crimes da competência dos Juizados Especiais Criminais Federais os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, compreendendo-se nessa definição os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- e) Ainda que se trate de infração de menor potencial ofensivo, não se admitirá a proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, por outra transação penal (com a aplicação de pena restritiva de direito ou multa).

19 - Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Segundo a legislação processual penal brasileira, são espécies ou modalidades de prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória:

- a) A prisão temporária.
- b) A prisão para averiguações, admitida essa apenas pelo prazo máximo de 24 horas.
- c) A prisão preventiva.
- d) A prisão em flagrante.
- e) A prisão decorrente de sentença condenatória recorrível, admitida essa apenas quando presentes os fundamentos que autorizariam a prisão preventiva, segundo forte entendimento doutrinário e jurisprudencial.

20 - Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As conclusões do delegado de polícia registradas no relatório do inquérito policial vinculam o Ministério Público; caso o Procurador ou Promotor discorde das razões da autoridade policial, a saída adequada é a interposição de recurso em sentido estrito.
- b) No direito penal e processual penal brasileiro, que tem feições marcadamente individualistas e privatísticas, a ação penal de iniciativa privada é a regra; a ação penal pública, a exceção.
- c) A relação do Ministério Público com a polícia não se limita ao poder de determinar (ordenar) a

realização de diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial. Entre as principais atribuições do Ministério Público, por exemplo, está o exercício do controle externo da atividade policial, segundo expressa previsão constitucional.

- d) Não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- e) No processo penal, embora a lei seja clara ao permitir que a parte suscite a nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

21 – O juiz, ao proferir sentença, tipificou os fatos narrados na denúncia de forma diversa da proposta pelo Ministério Público, aplicando, inclusive, pena mais grave. Diante da situação descrita, julgue os itens seguintes, assinalando a alternativa **CORRETA**:

- a) Trata-se de aplicação da *emendatio libelli*.
- b) Trata-se de aplicação da *mutatio libelli*.
- c) Na hipótese, seria imprescindível abrir vista à acusação para que aditasse a inicial acusatória, uma vez que houve aplicação de pena mais grave.
- d) A sentença proferida é nula, uma vez que se trata de julgamento *extra petita*, com violação aos princípios da correlação e da ampla defesa.
- e) Os itens "b" e "c" estão corretos.

22 - Sobre as recentes inovações implementadas no processo penal brasileiro, leia as seguintes proposições e assinale ao final a alternativa **CORRETA**:

I - as partes podem dirigir perguntas diretamente às testemunhas;

II - é permitida a citação por hora certa no processo penal;

III - o Juiz somente pode receber a denúncia após a apresentação de resposta escrita pelo acusado;

IV - o interrogatório do réu passa a ser feito após a oitiva das testemunhas;

V - o Juiz, na sentença condenatória, fixará o valor da indenização a ser paga ao ofendido.

- a) São corretos somente os itens I, II e IV;
- b) Todas as assertivas estão corretas;
- c) É incorreta apenas a proposição do item V;
- d) São erradas somente as alternativas III e IV;
- e) É incorreta apenas a proposição do item III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23 - A Administração Indireta do Estado é o conjunto de Pessoas Jurídicas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, objetivam o desempenho de atividades administrativas a serem executadas de forma descentralizada.

Assim sendo, qual a entidade abaixo que presta serviço público mas não se inclui no conceito acima elencado?

- a) INCRA

- b) ANATEL
- c) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
- d) OAB
- e) INFRAERO

24 - O Conselho Nacional de Justiça disciplinou, por meio da Resolução nº 07, o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário.

Seu artigo 1º reza que: "É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados".

Mencionada resolução tem como finalidade salvaguardar o princípio administrativo da:

- a) Finalidade
- b) Proporcionalidade
- c) Moralidade
- d) Publicidade
- e) Razoabilidade

25 - Um policial rodoviário federal, em pleno exercício de suas funções, foi morto por um indivíduo alcoolizado, que momentos antes tinha causado um acidente automobilístico e tentado fugir sem prestar socorro à vítima.

Após análise do fato, a perícia demonstrou que o agente policial foi desidiioso em colocar o conduzido no banco de trás da viatura, sem antes proceder a sua revista.

Por fim, restou consignado no inquérito policial que mencionado servidor não participou, à época em que assumiu suas funções, do curso de formação obrigatório para os policiais rodoviários federais, em razão da União não dispor de verba suficiente para a realização do curso.

Nesta senda, em provável ação de indenização proposta pela esposa do de cujus, em face da União, qual a teoria acerca da responsabilidade estatal a ser aplicada?

- a) Irresponsabilidade do Estado
- b) Responsabilidade Subjetiva do Estado
- c) Responsabilidade Objetiva do Estado
- d) Responsabilidade do Estado, com base no risco integral
- e) Irresponsabilidade do Estado, por culpa exclusiva da vítima

26 - Sobre a defesa do patrimônio público pelo Ministério Público, é **CORRETO** dizer:

- a) Só pode incidir quando a lesão alegada derivar de ato criminoso ou de improbidade administrativa;
- b) Só pode incidir quando a lesão alegada derivar de ato criminoso;
- c) Só pode se dar em relação ao patrimônio social, como os bens de valor histórico e cultural, mas não em defesa de meros recursos financeiros do ente estatal, pois ao Ministério Público é vedada a representação judicial de pessoas de direito público;

- d) O Ministério Público só detém legitimidade ampla nas questões relativas a licitações, por expressa disposição da Lei 8.666/93;
- e) O Supremo já assegurou que o Ministério Público tem legitimidade para a defesa dos recursos estatais, pois o patrimônio público se enquadraria como direito difuso da coletividade.

DIREITOS DIFUSOS

27 - Com base em seus conhecimentos sobre Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), assinale a alternativa que não se encontra contemplada como hipótese de sanção prevista na lei:

- a) Ressarcimento integral do dano.
- b) Perda da função pública.
- c) Prestação de serviços à comunidade.
- d) Proibição de contratar com o poder público.
- e) Suspensão de direitos políticos.

28 - A respeito da Lei n.º 9.605/98 (Meio Ambiente), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Só existe no ordenamento jurídico brasileiro infração administrativa ambiental por ação, não havendo por omissão.
- b) Considerando a supremacia do interesse público sobre o privado, é dispensável contraditório e procedimento administrativo na apuração de infração ambiental.
- c) Constatando a ocorrência de infração ambiental, qualquer pessoa pode dirigir representação às autoridades competentes para que seja lavrado o respectivo auto de infração.
- d) As autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental não estão habilitadas a exercer poder de polícia, exclusivo das Forças Armadas e dos órgãos de Segurança Pública.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

29 - É **CORRETO** afirmar:

- a) As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às Ações Cíveis Públicas que busquem responsabilização por danos causados ao meio ambiente e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, eis que o CDC traz previsões específicas para a proteção individual ou coletiva do consumidor.
- b) Órgãos da Administração Pública, mesmo não possuindo personalidade jurídica, podem ser legitimados para a proteção dos direitos coletivos *lato sensu*.
- c) Quando não for o autor da ação, o Ministério Público deve atuar como fiscal da lei nos processos em que se defenda interesse ou direito coletivo ou difuso, não se aplicando tal disposição no caso de direitos individuais homogêneos.
- d) É legitimada para a defesa de direitos coletivos *lato sensu* associação que inclua entre seus fins institucionais a defesa de tais direitos, sendo

indispensável que esteja constituída há pelo menos um ano.

- e) A definição dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos é dada pela doutrina e jurisprudência, ainda não havendo conceituação legal.

30 - Sobre os interesses individuais homogêneos, é correto dizer:

- a) Nascem de relação jurídica prévia mantida entre os componentes do grupo.
- b) Nascem da relação jurídica prévia mantida pelos componentes do grupo com a parte adversa.
- c) Não podem ser defendidos por meio de ação civil pública.
- d) Podem ser defendidos por meio de ação civil pública, desde que o Ministério Público não figure como autor, por carecer de legitimidade ativa.
- e) Constituem, segundo o Supremo Tribunal Federal, espécie do gênero "direitos coletivos".

RASCUNHO

1

5

10

15

20

25

30



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE
COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO 2008

TEMA DA PROVA SUBJETIVA

**“A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO
PROCESSO CIVIL COMO FISCAL DA LEI.”**